



# O proletariado e as massas oprimidas vingarão os mortos e torturados pela ditadura militar! Vingarão os negros pobres da periferia!

Manifesto PPRI - 23 de março de 2024



Comparecemos às manifestações de protesto contra a ditadura militar no Brasil, que faz 60 anos, e que durou por 21 anos, não para defender o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, nem para defender a democracia burguesa, que é expressão da ditadura de classe dos exploradores sobre a maioria oprimida. Estamos aqui para protestar contra as perseguições políticas, prisões, torturas, assassinatos de operários, camponeses, estudantes e demais oprimidos, que se levantaram contra a exploração e opressão capitalistas, desde antes do golpe que completa 60 anos, até os dias de hoje.

Os 60 anos da ditadura militar no Brasil remetem ao regime fascista criado pela burguesia, sob o mando do imperialismo estadunidense, para conter a luta e classes e assegurar os interesses dos monopólios e do capital financeiro, por cima de quaisquer reformas que pretendesse o nacionalismo burguês. A ditadura

militar correspondeu às necessidades dos capitalistas como classe, de centralização do poder político nas mãos de uma burocracia militar-policial a serviço das multinacionais, grandes empresas, bancos e latifundiários. O regime ditatorial teve as massas como alvo de sua violência concentrada.

A violência da ditadura militar sobre as massas atacou direitos, como a estabilidade no emprego, os direitos de greve e de organização sindical e política, e as liberdades de manifestação e expressão. Terminou com quaisquer anseios nacionalistas burgueses de protecionismo da economia nacional ou de reforma agrária, e favoreceu amplamente a penetração de capitais estrangeiros, que se apossaram ainda mais de ramos-chaves da economia.

Para impor suas medidas, transformou o parlamento em caixa de ressonância do poder executivo (da junta militar). O mesmo ocorreu com o poder judiciário. A criação de par-

lamentares indicados pelo governo ("biônicos") deu grande parte à forma da farsa. Fortaleceu monstruosamente o aparato repressivo "legal" e "ilegal", criou a Polícia Militar (PM) subordinada ao exército, para atacar quaisquer manifestações das massas e assassinar o povo pobre das periferias.

Apesar de alguns de seus governos terem tomado medidas nacionalistas, ou de se apoiar em disputas entre Europa e EUA ao redor de algumas questões (usinas nucleares – acordo Brasil/Alemanha), a subordinação ao imperialismo estadunidense prevaleceu.

O esgotamento da recomposição de forças produtivas do pós 2ª guerra mundial, que passou a operar a economia mundial e os regimes políticos, enfraqueceu a ditadura militar, e abriu caminho para a chamada "transição lenta e gradual", orquestrada de dentro dos quartéis sob a batuta do general Golbery do Couto e Silva, eminência parda do regime. O

desgaste político da ditadura diante da crise econômica que se projetava a partir do final dos anos de 1970 e início dos de 1980 exigia a mudança do regime.

Mas o fim da ditadura militar não veio por meio da mobilização de massa, que sob a bandeira de “Diretas Já” foi dirigida por frações da burguesia nacional. As eleições diretas foram derrotadas no parlamento biônico da ditadura, e a transição aconteceu por meio do mesmo colégio eleitoral parido pelos militares, formando o governo Sarney, membro dirigente da oligarquia burguesa do Nordeste. Sarney encabeçaria a transição para um governo eleito, e para a elaboração de uma nova constituição, preservando elementos da ditadura militar no novo regime, de democracia burguesa deformada, como é a que pode ser realizada num país capitalista atrasado e semicolonial, como o Brasil.

A democracia burguesa de 1985 em diante preservou os organismos de inteligência da ditadura e boa parte de seu aparato repressivo, como a polícia militar. A Constituição aprovada em 1988 preserva instrumentos golpistas, como o artigo 137, de defesa da chamada “ordem constitucional”, o art. 142 da Constituição (dá poderes golpistas às forças armadas), ou o mecanismo do impeachment.

O novo regime também realizou uma série de contrarreformas de ataques a direitos das massas, e de entrega nacional (privatizações). A democracia burguesa, ainda que deformada, foi instrumento para ataques ditatoriais às condições de vida e trabalho das massas, e à economia nacional. Recentemente, aprovou as reformas Trabalhista e da Previdência, que precarizaram as relações trabalhistas, estenderam o tempo necessário para a aposentadoria, a taxaram com confiscos, e a eliminaram para muitos. Tudo discutido e tramado dentro do parlamento da democracia burguesa.

Qualquer governo burguês, de esquerda ou de direita, será sempre um comitê gestor dos negócios da

burguesia. A democracia burguesa é forma mais adequada para a ditadura de classe da burguesia, iludindo as massas de que o voto expressa a “soberania popular”. Na verdade, os governos são formados pelos conluídos das frações e bandos da burguesia, que arrasta as massas a apoiarem sua conformação por meio das eleições.



***Na democracia burguesa, existe apenas um elemento defensável pelas massas oprimidas: é a possibilidade de criar e desenvolver suas organizações próprias, os comitês de fábrica, os sindicatos, as organizações populares, seus partidos, enfim, a democracia operária e sua independência de classe.***

O governo de Lula é burguês, porque expressa a defesa da propriedade privada dos grandes meios de produção, meio pelo qual a burguesia mantém seu poder político e econômico. Foi formado através de uma frente ampla de partidos burgueses, entre eles os golpistas de 2016 e até bolsonaristas, tendo Geraldo Alckmin, conhecido por expressar fielmente os interesses dos grandes capitalistas, multinacionais e capital financeiro, como seu vice e avalista diante dos capitalistas de toda espécie. Não tomou nenhuma medida que contrariasse as contrarreformas feitas nos últimos anos. E ainda tem como política essencial a garantia do parasitismo financeiro sobre a dívida pública por meio do Arcabouço Fiscal, e preservação da precarização das relações trabalhistas, que esmaga a maioria nacional e leva as relações sobre o trabalho assalariado para os níveis do século XIX.

Na democracia burguesa, existe apenas um elemento defensável pelas massas oprimidas: é a possibilidade de criar e desenvolver suas organizações próprias, os comitês de

fábrica, os sindicatos, as organizações populares, seus partidos, enfim, a democracia operária e sua independência de classe. É sobre a base dessas organizações que será possível às massas avançarem em sua luta pelo seu poder próprio. O crescimento da democracia operária, que é construída como meio de desenvolvimento das lutas contra a exploração e opressão, leva ao enfraquecimento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida, ou seja, ao choque com a democracia burguesa. Por meio de sua própria experiência, e com a ajuda de seu partido revolucionário, as massas vão tomando em suas próprias mãos a resolução de seus problemas, e deixam de ser enganadas pelas instituições e demagogia de seus opressores. Também deixarão de ser enganadas pelos falsos revolucionários, que adoram a democracia burguesa e têm alergia à luta revolucionária das massas. Mesmo com o estreitamento da democracia burguesa em toda parte no mundo, resultado da direitização geral da burguesia mundial, eles ainda insistem em ajudar a enganar as massas, desviando-as de seu caminho dado pelos seus próprios métodos de luta de classes, levando-as para a via das urnas, do parlamento ou da judicialização.

Todas as chamadas “democracias” até hoje sempre foram regimes de ditadura da minoria sobre a maioria. A única democracia de maioria verdadeira é a democracia operária. A revolução proletária, de maioria nacional e dirigida pelo proletariado, destruirá a democracia burguesa e colocará o poder político e econômico nas mãos da maioria, pela primeira vez na história. Esse objetivo estratégico é o que norteia o partido revolucionário. Toda intervenção prática se organiza para essa conquista. As diversas táticas que utiliza a vanguarda revolucionária estão condicionadas pelo objetivo da democracia operária (ditadura do proletariado), que será uma ditadura de classe sobre a minoria opressora, até desintegrá-la numa sociedade sem classes.